

Cúpula da biodiversidade busca superar impasse de quase 10 anos

Fórum que começou esta semana em Cáli debaterá o financiamento, tema não resolvido desde 2015

Por [Daniela Chiaretti](#)

— De Cáli (Colômbia)

Valor, 22/10/2024

A nova rodada da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, a COP 16, começou em Cáli, na Colômbia, com pelo menos dois temas contenciosos e ambos relacionados a financiamento. Como ajudar países biodiversos para que conservem a natureza é o ponto central do impasse que opõe países do Sul, em desenvolvimento e com florestas, com os doadores do Norte. A discussão é complexa e adquiriu contornos mais sofisticados à medida em que o planeta perde biodiversidade.

A base da negociação na Colômbia, que segue até 1º de novembro, é a implementação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, o GBF, na sigla em inglês. Fechado em Montreal há dois anos, o marco tem 23 metas a serem alcançadas até 2030. Entre as mais importantes estão garantir 30% de áreas conservadas em terra, mar e rios e lagos, 30% de restauração de ecossistemas degradados, redução pela metade na introdução de espécies invasoras e redução de US\$ 500 bilhões ao ano em subsídios danosos à natureza. O Marco Global está para a biodiversidade como o Acordo de Paris está para o clima.

Um dos pontos fundamentais para preservar a biodiversidade, contudo, está nos meios de implementação - ou seja, recursos para implantar unidades de conservação, ter muita gente para fiscalizar e evitar incêndios ou crimes ambientais, aviões prontos para apagar o fogo, recursos para pesquisar novos usos da sustentabilidade e assim por diante.

“Em Cáli há uma agenda substantiva de negociação, com mais de 20 temas, mas há dois centrais”, disse a diplomata Maria Angelica Ikeda, diretora do departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, em briefing à imprensa, na quinta-feira. “O problema do financiamento não é só do Marco Global, mas para a biodiversidade como um todo, e o sequenciamento digital dos recursos genéticos”, explicitou.

O primeiro ponto tem a ver com a meta 19 do Marco Global. Ali ficou definido que deveria existir financiamento para a biodiversidade, de fontes públicas e privadas, de bancos multilaterais e de filantropia, mobilizando pelo menos US\$ 200 bilhões ao ano imediatamente. Dentro deste total de recursos de múltiplas fontes, US\$ 20 bilhões ao ano deveriam vir dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento até 2025, e pelo menos US\$ 30 bilhões ao ano até 2030.

Um relatório de setembro da OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, mostra que a contribuição do financiamento do desenvolvimento para o Marco Global da Biodiversidade está a 23% de atingir a meta 19, a dos US\$ 20 bilhões anuais até 2025. O relatório feito pela organização que reúne os países ricos cobre o período 2015 a 2022. Nestas contas, países em desenvolvimento e organizações não governamentais suspeitam que pode haver uma duplicidade na contabilidade - ou seja, a inclusão de recursos de projetos que acabam beneficiando a biodiversidade, mas são originalmente projetos para apoiar o desenvolvimento social ou o clima.

“O relatório da OCDE diz que, no fluxo bilateral de países desenvolvidos para os em desenvolvimento, os projetos que têm a biodiversidade como objetivo principal têm caído”, disse a diplomata, que está a frente dessas negociações no Itamaraty.

A COP 16 promete ressuscitar um impasse que travou as negociações em Montreal, em 2015 - o fundo que acolhe estes recursos. Os países em desenvolvimento não queriam que o Fundo Global para a Biodiversidade, lançado na COP 15, fosse ancorado no Banco Mundial, que há anos administra o Global Environment Facility (GEF), o fundo ambiental mais antigo e conhecido globalmente, mas com poucos recursos diante dos desafios.

Os países em desenvolvimento reclamam que têm pouca voz no GEF. “Quando a gente trata da agenda da biodiversidade, precisamos ver onde ela está. E a biodiversidade está principalmente nos trópicos e em países em desenvolvimento”, diz Braulio Dias, diretor do departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. “O Brasil é campeão entre estes países. O conselho do GEF dá um assento individual a cada país doador e rico, e os países em desenvolvimento têm que se agrupar e fazer rodízio para poderem participar das reuniões do GEF”, seguiu Dias, que é biólogo e foi secretário-executivo da CDB. “Há um problema de governança aí”.

O novo Fundo do Marco Global para a Biodiversidade ficou no GEF, que procurou estruturá-lo rapidamente e lançar projetos em tempo recorde. “O Fundo criado dentro do GEF recebeu apenas 1% do montante previsto até o primeiro semestre de 2024”, disse Angelica Ikeda. “Temos hoje até uma visão mais moderna de financiamento ambiental, estamos abertos a financiamentos de várias fontes, mas gostaríamos de ver uma liderança maior dos países desenvolvidos”, seguiu ela. “Quando falamos de cumprir o Marco Global, não se trata apenas de cumprir as metas de conservação, mas também munir os países, sobretudo os menos desenvolvidos e as pequenas ilhas, de meios de implementação”.

Este é outro problema que pode concentrar debates em Cáli. Os países acordaram que iriam implementar estratégias e planos de ação nacionais para a Biodiversidade (conhecidas pela sigla Epanb), até 2030 e iriam apresentá-las em Cáli. Até agora 32 países o fizeram, mas o Brasil, não. “O fato de não termos a estratégia nacional aprovada não significa que não estamos trabalhando intensamente nela”, disse Rita Mesquita, no briefing à imprensa.

“O Brasil vem conduzindo um processo que não é trivial. Porque em um país com a dimensão do nosso, megadiverso e com a diversidade também sociocultural que temos, é preciso construir diálogos em todos os níveis. E é isso que temos tentado fazer”, seguiu. “O conjunto das metas do Marco Global é multissetorial, cabe ação em todas as esferas do governo, e temos que construir uma grande pactuação”, seguiu.

Gustavo Pacheco, chefe da divisão de biodiversidade do Itamaraty, diz que fazer uma estratégia e um plano de ação de biodiversidade, em um país como o Brasil, é um desafio enorme. “O Brasil está nesse processo há meses”, diz ele. “Mas muito mais importante que a realização ou revisão da estratégia é a implementação”. Segue: “O Brasil está investindo milhões de dólares em combater o desmatamento.”

“Nos últimos dois anos vimos os países concentrar-se no desenvolvimento de suas estratégias nacionais de biodiversidade e em seus planos de ação e isso é animador” disse Astrid Schomaker, secretária executiva da Convenção da Biodiversidade. Até agora 91 países apresentaram seus objetivos nacionais e 29 países suas Epanb.

Na visão de Susana Muhamad, ministra colombiana do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente da COP 16, “estamos em um momento em que a encruzilhada entre a perda de biodiversidade, os impactos da mudança do clima e a poluição está destruindo as formas de vida”. Ela tem instado os países a terem compromissos mais firmes. “Mas também

precisamos da mobilização da sociedade e de todos os governos para que possamos definir um caminho ambicioso para conquistar as mudanças transformadoras até chegarmos à sustentabilidade do nosso planeta, nossa economia e nossa sociedade”.

A discussão da biodiversidade é ampla e complexa. Um dos pontos nevrálgicos de Cáli é a discussão em torno do sequenciamento genético digital, conhecido pela sigla em inglês DSI.

Quando a Convenção da Biodiversidade foi criada, em 1992, a única forma de se conseguir criar um produto a partir da natureza era pesquisando o princípio ativo de forma física, com um pedaço de uma planta, por exemplo, ou o veneno de uma cobra. O avanço da tecnologia, contudo, tornou possível se fazer o sequenciamento digital genético da biodiversidade e depositar essas informações (Digital Sequence Information, DSI), em bancos de dados no mundo.

Há três grandes bancos de dados do gênero no mundo - um nos Estados Unidos, um na Europa e outro no Japão. O acesso é livre a pesquisadores do mundo todo e concentram milhões de sequências. A dinâmica de baixar dados é tão intensa que se tornou difícil rastrear a origem dos recursos genéticos e repartir os lucros da biodiversidade, justamente um dos três pilares da Convenção. O primeiro busca garantir a conservação dos recursos naturais, o segundo, promover seu uso sustentável.

O terceiro é garantir acesso aos recursos naturais e à distribuição justa dos benefícios que vierem de sua utilização econômico. Trata-se de um dos nós das negociações da CDB. Os maiores países megadiversos, como o Brasil, o Congo e a Indonésia, por exemplo, estão no hemisfério Sul. Mas os grandes laboratórios farmacêuticos e a indústria de cosméticos, dois grandes setores que se utilizam da biodiversidade, nos países industrializados.

O que se tenta, desde a COP em Montreal, é criar um mecanismo que compense os países megadiversos pela proteção dos recursos naturais utilizados em um novo remédio, por exemplo. “Aqui, a grande ambição é criarmos um mecanismo multilateral, que também seja munido de um fundo”, diz Angelica Ikeda. A ideia brasileira, por exemplo, é fazer com que os usuários dos códigos genéticos espalhados nos bancos de dados do mundo, quando produzirem benefícios, gerem também um fundo que beneficie países em desenvolvimento e megadiversos. “Será uma negociação difícil”, diz ela.

Para o embaixador Andre Correa do Lago, negociador-chefe nas COPs de mudança do clima e também de biodiversidade e secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do MRE, “existe uma atomização da discussão financeira que, por um lado dificulta a capacidade de medir quantos recursos estão disponíveis e, também, dificulta o acesso a estes recursos”. Há 12 a 14 linhas de financiamento para a biodiversidade e mudança do clima. O Brasil trabalha na proposta lançada em 2023, na COP de Dubai, nos Emirados Árabes, de se criar um fundo bilionário e inovador para a preservação das florestas, o Tropical Forest Finance Facility (TFFF), também promovido nas discussões do G20 e agora em Cáli. “O fundo não está no contexto da mudança do clima, sua lógica é muito mais ampla. Baseia-se na preservação por hectare e não pela métrica do CO₂”, disse.

Correa do Lago disse, ainda, que o Brasil busca sinergias entre as duas convenções, do clima e da biodiversidade, e também com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. “Quanto mais o tempo passa, achamos que é preciso ter uma integração dessas discussões porque, naturalmente, a mudança do clima está tendo um impacto brutal sobre a biodiversidade”.

Carlos Rittl, diretor de Políticas Públicas para Florestas e Mudanças Climáticas da Wildlife Conservation Society, acredita que “há uma enorme oportunidade” pelo fato de a COP 16 ser realizada na Colômbia, e a COP 30, de clima, no Brasil, em 2025. “Os governos do Brasil e da Colômbia fizeram uma declaração dizendo que trabalhariam juntos para fortalecer a

interface entre a agenda de clima e de biodiversidade”, diz. “Fala-se tanto em sinergia, mas na prática isso não está acontecendo”, observa.

Cerca de 15 presidentes e chefes de Estado estão confirmados para o segmento de alto nível da COP 16. A presença do presidente Lula não foi confirmada.

A jornalista viajou a Cáli, para a COP 16, a convite do Instituto ClimaInfo e The Nature Conservancy (TNC)